



0569 00M1 0001	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade		F	3 - ODC	1	90	0	100	60.000,00
0569 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custo do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 122							17.678.590,00
0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custo do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		F	1- PES	0	91	0	100	17.678.590,00
	PROJETOS								
0569 12QU	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra - ES	02 122							2.768.343,00
0569 12QU 3265	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Serra - ES		F	4 - INV	2	90	0	100	2.768.343,00
	TOTAL								160.929.872,00

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 458, DE 27 DE MAIO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o decidido pelo E. Conselho de Administração deste Tribunal, em Sessão realizada em 26.09.2012, resolve:

Art. 1º APROVAR, "ad referendum" do Conselho de Administração, o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 5ª Região referente ao 1º quadrimestre de 2015, na forma do anexo, a ser publicado no Diário Oficial da União, e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			R\$ 1,00	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL		
		(a)	(b)	(c) = (a) + (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		896.172.188,84	14.092.675,35	910.264.864,19		
Pessoal Ativo		773.765.459,67	7.014.517,34	780.779.977,01		
Pessoal Inativo e Pensionistas		122.406.729,17	7.078.158,01	129.484.887,18		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				0,00		
DESPESAS NAO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		117.953.097,66	13.629.236,84	131.582.334,50		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		243.230,88		243.230,88		
Decorrentes de Decisão Judicial		2.182.809,02		2.182.809,02		
Despesas de Exercícios Anteriores		7.686.200,57		20.830.173,03		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		107.840.857,19	485.264,38	108.326.121,57		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		778.219.091,18	463.438,51	778.682.529,69		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				642.507.278.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,121122%	0,000072%	0,121194%		
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		0,228829%		1.470.242.979,17		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		0,217388%		1.396.730.830,22		
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>		0,205946%		1.323.218.681,26		

FONTE: SIAFI GERENCIAL E TESOURO GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparéncia, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Limites Legal (Máximo) e Prudencial definidos pela Resolução nº 250/2013 do Conselho da Justiça Federal.

Des. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO
Diretor da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA
Diretor da Subsecretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 72, DE 28 DE MAIO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio de 2014 a abril de 2015, anexo a esta Portaria.

Des. ROMÃO C. DE OLIVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)				
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)	VALOR		
				VALOR		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		63.925.528,77	803.027,95	13.933.347,43	210.439,32	
Pessoal Ativo		49.655.686,34	762.588,63	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas		14.269.842,43	40.439,32	-	-	
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-	170.000,00		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		49.921.181,34	592.588,63			
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				642.507.278.000,00	-	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)				50.584.769,97	0,007873	
LIMITE MAXIMO (VI) = (inciso I, II e III do art. 20 da LRF)				151.393.989,92	0,023563	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI)				143.825.254,18	0,022385	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI)				136.256.518,45	0,021207	
(inciso II do art. 59 da LRF)						

FONTE: SIAFI, CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 22/mai/2015 às 17h e 45m

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrerão alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 260, de 19/5/2015.

KLISSIA FREIRE DA SILVA
Gestora Financeira
ARTHUR CEZAR DA SILVA JÚNIOR
Diretor-Geral

CRISTIANO FERREIRA CASTRO
Coordenador de Controle Interno
Desembargador ROMÃO C. DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal